Queiroz Galvão S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Queiroz Galvão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Queiroz Galvão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Queiroz Galvão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresenta prejuízos acumulados no montante de R$ 1.206.879 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes de dificuldades encontradas nas suas operações e de suas controladas. Esses fatores indicam e podem levar a existência de incerteza relevante, que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

a) Procedimentos Sancionatórios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 (a) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) tem sido alvo de investigações, processos administrativos e judiciais, especialmente no âmbito da operação denominada "Lava Jato", conforme noticiado. No contexto dessa operação, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, porém, até o momento, não houve qualquer decisão em tais processos que afetem a Companhia e as suas controladas e/ou seus representantes legais em sua capacidade de dar prosseguimento normal às atividades da Companhia.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a controlada será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, exceto àquelas classificadas como riscos prováveis, devidamente contingenciadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Tribunal de Contas da União - TCU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 (b) o TCU, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A (CQG), "para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal." A CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a controlada impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido proferida liminar, em 8 de agosto de 2019, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas. Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à CQG a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima ("RNEST") no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da CQG pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a CQG apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a CQG.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da CQG para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido. Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo. Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa. A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas. Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. O mérito do Mandado de Segurança ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a CQG apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a controlada será afetada pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c) Controladoria Geral da União – CGU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 (c) a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. foi parte requerida perante a CGU no Processo nº 00190.025830/2014-63 (“PAR”), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG. Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar “suposto cometimento de ilicitudes concernentes ao pagamento de propina” presumidamente realizados pela CQG “a funcionários/dirigentes da PETROBRAS, bem como do conluio entre empresas do mesmo ramo de atuação no contexto das licitações e contratos celebrados”, supostamente ocorridas em período anterior a 2014.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018, porém a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada. Por fim, em maio de 2020 a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a controlada será afetada pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a a esse assunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O – 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Circulante					
Caixa e equivalentes	4	2.071.132	1.022.813	72	58
Títulos e valores mobiliários	9	2.215.575	1.609.277	-	-
Contas a receber de clientes	5	907.892	963.101	-	-
Estoques	6	198.775	387.501	-	-
Impostos a compensar	7.a	263.159	393.915	6.533	15.924
Outras contas a receber	8	865.694	449.995	9.177	8.908
		6.522.227	4.826.602	15.783	24.890
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	9	472.592	665.748	-	-
Contas a receber de clientes	5	1.616.249	1.579.600	-	-
Estoques	6	430.116	543.007	-	-
Depósitos judiciais	18.c	152.804	135.846	-	-
Créditos tributários	7.b	143.305	151.390	-	-
Outras contas a receber	8	536.715	378.802	-	-
Partes relacionadas	10	11.385	33.270	34.078	129.789
Investimentos					
Controladas e coligadas	11	462.860	675.262	4.480.867	3.465.205
Outros investimentos		16.899	57.150	207	207
Imobilizado	12.a	2.323.460	2.424.637	520	342
Intangível	12.c	985.506	582.368	-	-
		7.151.892	7.227.079	4.515.672	3.595.543
Total do Ativo		13.674.118	12.053.680	4.531.454	3.620.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Circulante					
Fornecedores	13.a	386.146	304.909	138	656
Arrendamento	14	430.329	208.814	-	-
Debêntures e financiamentos	15	2.552.011	485.148	463.913	26.656
Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	16	687.319	326.080	5.450	6.669
Outras contas a pagar	17	251.606	346.167	121	504
		4.307.411	1.671.118	469.622	34.485
Não circulante					
Fornecedores	13.b	38.509	10.274	-	-
Debêntures e financiamentos	15	3.896.487	5.890.522	2.463.719	2.343.208
Obrigações fiscais e sociais	16	228.029	194.159	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	386.457	229.520	-	-
Arrendamento	14	238.704	356.162	-	-
Provisão para contingência	18.a	350.348	478.470	-	-
Provisão para abandono e desmobilização	19	810.007	485.566	-	-
Provisão para perda em investimento	11.b	37.264	-	1.119.246	864.388
Outras contas a pagar	17	527.767	449.596	-	-
Receita diferida		52.495	36.146	-	-
		6.566.067	8.130.415	3.582.965	3.207.596
Patrimônio líquido	20				
Capital social		1.235.000	1.235.000	1.235.000	1.235.000
Ações em tesouraria		(140.830)	(140.830)	(140.830)	(140.830)
Prejuízos acumulados		(1.206.879)	(1.268.356)	(1.206.879)	(1.268.356)
Resultado abrangente		591.576	552.538	591.576	552.538
Participação dos acionistas controladores		478.867	378.352	478.867	378.352
Participação dos acionistas não controladores		2.321.773	1.873.796	-	-
		2.800.640	2.252.148	478.867	378.352
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		13.674.118	12.053.680	4.531.454	3.620.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais exceto o prejuízo por ação)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	21	4.795.522	4.322.780	-	-
Custos dos serviços prestados	22.a	(3.781.156)	(3.548.331)	-	-
Lucro bruto		1.014.366	774.449	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas administrativas	22.b	(581.424)	(685.673)	(82.664)	(72.959)
Depreciações		(30.500)	(26.538)	(84)	(10)
Despesas tributárias		(21.006)	(9.447)	(484)	(234)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(19.462)	(105.032)	271.150	(627.850)
Outros resultados operacionais	23	1.506.169	263.295	25.791	39.217
		853.777	(563.395)	213.709	(661.836)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		605.044	489.101	215	300
Despesas financeiras		(901.756)	(996.719)	(152.447)	(16.004)
	24	(296.712)	(507.618)	(152.232)	(15.704)
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.571.431	(296.564)	61.478	(677.540)
Contribuição social	25.a	(158.680)	(47.068)	-	-
Imposto de renda	25.a	(382.155)	(118.802)	-	-
Reversão/Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(325.432)	(54.985)	-	-
Lucro / (Prejuízo) do exercício		705.164	(517.419)	61.478	(677.540)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		643.686	160.121	-	-
Lucro / (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		61.478	(677.540)	61.478	(677.540)
Lucro / (Prejuízo) por ação	20.d			0,00006	(0,0006)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020
Lucro/(Prejuízo) do exercício	705.164	(517.419)	61.478	(677.540)
Outros Resultados Abrangentes:				
Plano de opção - investida	-	2.336	-	2.336
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	-	21.676	-	21.676
Outros resultados abrangentes	(25.859)	-	(25.859)	-
Ajuste de conversão de investimento no exterior	64.897	249.337	64.897	249.337
Resultado abrangente total	744.202	(244.070)	100.515	(404.192)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Resultado abrangente	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.235.000	(140.830)	(590.816)	279.189	782.543	1.807.145	2.589.688
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	-	21.676	21.676	(93.470)	(71.794)
Prejuízo do exercício	-	-	(677.540)	-	(677.540)	160.121	(517.419)
Plano de opção de ações - investidas	-	-	-	2.336	2.336	-	2.336
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	-	249.337	249.337	-	249.337
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.235.000	(140.830)	(1.268.356)	552.538	378.352	1.873.796	2.252.148
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	-	(25.859)	(25.859)	(195.709)	(221.568)
Lucro líquido do exercício	-	-	61.478	-	61.478	643.686	705.164
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	-	64.897	64.897	-	64.897
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.235.000	(140.830)	(1.206.879)	591.576	478.867	2.321.773	2.800.640

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do exercício	705.164	(517.419)	61.478	(677.540)
Ajustes por:				
Depreciação	939.748	575.510	84	10
Resultado de equivalência Patrimonial	19.462	105.032	(271.150)	627.851
Variação cambial ativa	(73.907)	-	(248)	-
Encargos financeiros - empréstimos	281.023	-	-	-
Outras provisões	58.301	-	-	-
Perda no recebimento de créditos	88.786	-	-	-
Provisão para contingência	10.433	-	-	-
Provisão por valor recuperável de imobilizado	98.287	-	-	-
Participação de consórcios - Enauta	(889.587)	-	-	-
Valor residual do imobilizado baixado	85.246	52.815	149.296	-
Prejuízo do exercício ajustado	1.322.955	215.939	(60.540)	(49.679)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Redução em contas a receber	(70.226)	563.238	-	-
Redução em estoques	301.618	260.119	-	-
Redução em impostos a compensar	64.933	154.895	9.638	7.859
Redução (aumento) em outras contas a receber	(573.613)	128.000	(269)	(2.020)
Aumento (Redução) em partes relacionadas	21.884	-	95.712	(134.174)
Aumento (Redução) em fornecedores	185.294	(824.041)	(518)	545
Aumento (Redução) em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	552.046	83.206	(1.220)	2.922
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(41)	(513.446)	(383)	-
Aumento (Redução) de títulos e valores mobiliários	(413.142)	(211.202)	-	-
Aumento (Redução) de depósito judiciais	(16.957)	(4.331)	-	-
Redução (aumento) em Provisão para contingências	185.886	-	-	-
Recursos líquidos gerados pelas (usados nas) atividades operacionais	1.560.638	(147.622)	42.421	(174.547)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
(Baixa) / Aquisição de outros investimentos	-	325.847	-	-
(-) aquisição de ativo imobilizado e intangível	(535.656)	(33.240)	(262)	(334)
(-) operações com controladas	231.531	304.898	62.781	204.326
Ajuste de avaliação patrimonial	-	21.676	-	-
Caixa restrito / Aplicação financeira	-	43.666	-	-
Plano prêmio emissão debêntures - investida	-	2.336	-	-
Constituição provisão de investimento no exterior - investida	-	249.338	-	-
Recursos líquidos (usado nas) gerados pelas atividades de investimento	(304.125)	914.521	62.519	203.992
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Recebimento (pagamento) de empréstimo / financiamento	(208.194)	(730.101)	(104.925)	(30.488)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(208.194)	(730.101)	(104.925)	(30.488)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.048.319	36.798	15	(1.044)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.022.813	986.015	58	1.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.071.132	1.022.813	72	58
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.048.319	36.798	15	(1.044)

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Queiroz Galvão S.A. (QGSA ou Companhia) é uma holding de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 1998, como parte do amplo processo de reestruturação societária do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de negócios. Neste contexto a Companhia tem como atividade preponderante a participação como acionistas ou cotistas de outras empresas e o assessoramento e a administração de empresas.

Em AGE realizada em 31 de agosto de 1998, os acionistas aprovaram a incorporação ao patrimônio líquido de ações de propriedade dos subscritores em outras sociedades do mesmo Grupo Queiroz Galvão através de procedimento previsto na legislação brasileira denominada conversão de empresas existentes em subsidiárias integrais da sociedade por ações Queiroz Galvão S.A.; mediante incorporação de todas as ações daquelas ao patrimônio líquido desta.

1.2 Operações da Companhia

As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão S.A., e suas respectivas áreas de negócios são:

Construtora Queiroz Galvão S.A.- CQG

A Construtora Queiroz Galvão S.A.(CQG), desenvolve regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos, construções portuárias, edifícios, estradas e serviços de montagem industrial.

Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. - QGDN

A Sociedade participa no capital de outras empresas objetivando desenvolver negócios nas áreas de concessões públicas de transportes (rodoviário e metroviário), energia, produtos agrícolas, cimentos, alimentos, siderurgia e infraestrutura e saneamento.

BS-3 S.A.

A BS-3 S.A. tem como objetivo social e específico a realização de investimentos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, realização de estudos e projetos de engenharia, e participação em consórcios. Atualmente a Sociedade ainda não exerce atividades operacionais.

VITAL Engenharia Ambiental S.A.

Fomentar a participação do Grupo Queiroz Galvão nas áreas de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos de limpeza urbana, construção de aterros sanitários, e outros afins.

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. - QGDI

Incrementar na Ssociedade as atividades de compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda.

ENAUTA Participações S.A.

Sociedade de capital aberto com participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados.

Queiroz Galvão Naval S.A.

Participação em sociedades que se dediquem substancialmente engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval.

QGSEE Participações Ltda.

Participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral.

Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda.

Participação em mercado preponderantemente de empreendimentos imobiliários econômicos, com mais flexibilidade e agilidade.

ORBIS Ambiental S.A.

A Orbis, por seu turno, foca suas atividades na área de controle, operação, manutenção e funcionamento de aterro sanitário, atuando acessoriamente nas demais atividades.

ENGETEC Construções e Montagens S.A.

É uma sociedade de capital fechado, tem como objetivo as seguintes atividades: a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social.

1.3 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Administração da Companhia e de suas controladas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas controladas.

Entendemos que a retomada da atividade econômica, associada ao fim das restrições de movimentação e contato social, trará importante impulso aos setores de infraestrutura e de construção, beneficiados pelos juros mais baixos e retomada dos programas de investimentos públicos e concessões.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e nos de suas controladas, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação as suas demonstrações contábeis. Entretanto, o efeito financeiro e econômico para o Grupo dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica. A Administração continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 31 de março de 2022.

b) Continuidade

A Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real.

1. Transações e saldos em moedas estrangeira:

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora Queiroz Galvão S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa n° 11.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido.

2.4 Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) /IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) /IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3 - Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, sendo aplicável o ajuste a valor presente basicamente nas operações de incorporação imobiliária. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a manutenção do contas a receber referente a contratos com entidades públicas não encerrados e não constitui provisão para perda esperadas.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Imóveis a comercializar

Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo compreende materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção).

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de conclusão e as despesas estimadas para realizar as vendas. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar, concluídos ou em construção, exceder o fluxo de caixa esperado das suas vendas, uma perda da redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável. A recuperação do valor contábil de cada empreendimento imobiliário é revisada quando eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem riscos do valor contábil não ser recuperável, caso confirmado, uma provisão é contabilizada.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição. No caso de permutas por unidades a serem construídas, o valor corresponde ao valor justo das unidades permutadas. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou estágio de andamento da mesma.

e) Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

g) Intangível

É representado por gastos com aquisição de softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As controladas que apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro Presumido, o qual estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal.

j) Provisões

(i) Geral
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Contingências
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

k) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades das controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das controladas, conforme descritas a seguir.

As receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual as controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços, conforme descrito no CPC 47 (IFRS 15). As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de contrato

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(ii) Incorporação de venda de imóveis

O reconhecimento de receita da controlada QGDI está de acordo com o CPC 47 – "Receitas de Contratos com Clientes" e as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária.

(iii) Receitas diferidas

O resultado das obras de curto prazo está registrado em Receitas Diferidas. O reconhecimento em conta de resultado é feito por ocasião do encerramento da obra.

l) Contratos de arrendamento

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), estabelecendo os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e introduzindo um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, em contrapartida de um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Os reflexos na Companhia estão relacionados com a controlada ''Enauta'' que adotou o IFRS 16, aplicável em sua operação, para as demais controladas não foram identificados impactos significativos.

m) Resultado básico por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

n) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
a) Disponibilidades	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	466	537	12	9
Depósitos bancários à vista ***(i)***	878.612	324.822	59	48
	879.078	325.359	71	57
b) Aplicações financeiras				
Renda Fixa ***(ii)***	1.191.392	696.792	1	1
Títulos e Notas Promissórias	662	662	-	-
	1.192.054	697.454	1	1
	2.071.132	1.022.813	72	58

(i) O aumento significativo no saldo de equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício anterior deve-se à manutenção de parte dos recursos em conta corrente no exterior e do recebimento de USD 43 milhões (equivalentes a R$243.595 - ptax de 27 de dezembro de 2021) em 28 de dezembro de 2021 pela controlada Enauta Participações S.A.

(ii) As aplicações financeiras em renda fixa referem-se a fundo de investimento, operações compromissadas e CDBs, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, remunerados em média à taxa de 105% em 2021 e 95% em 2020 do CDI.

5 - Contas a Receber de Clientes

a) Os valores do contas a receber de clientes, detalhados por atividade operacional:

	Circulante		Não circulante	
Consolidado	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Incorporação Imobiliária	43.157	126.536	1.908	-
Produtos Siderúrgicos	-	4.492	-	-
Petróleo e Gás	306.787	87.719	-	-
Produtos Agrícolas	44.441	20.910	-	-
Rodovias - concessão	8.005	5.917	-	-
Energia Elétrica - concessão	-	112	-	-
Locação	-	18.039	-	-
Coleta e limpeza urbana	208.378	222.171	101.866	-
Aterro Sanitário	100.215	102.767	-	-
Agropecuária	33	621	-	-
Construção Naval	26.569	18.607	-	-
Produtos minerais	2.316	2.102	-	-
Construção civil ***(ii)***	271.716	428.765	1.042.237	1.096.163
Outros ***(iii)***	72.384	69.951	13.164	-
	1.084.001	1.108.709	1.157.267	1.096.163
Provisão para perdas - ambiental	-	(36.712)	-	-
Provisão para distrato	(30.789)	(42.728)	-	-
Coleta e limpeza urbana - líquida – Ecourbis ***(i)***	-	-	458.982	483.437
Adiantamento de cliente	(145.320)	(66.168)	-	-
	907.892	963.101	1.616.249	1..579.600

i) Contas a receber (Vital – Ecourbis)

Ativo Não Circulante	31.12.2021	31.12.2020
Valores conforme Contrato de concessão	80.063	90.995
Valores conforme Receita de reivindicações	378.919	392.442
	458.982	483.437

Valores conforme Receita de reivindicações

Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, como parte da remuneração proveniente de receitas de reivindicações. Todavia, a Administração julgou pertinente não registrar a totalidade da receita auferida no relatório da Revisão Ordinária Quinquenal de outubro de 2014, e sim, apenas uma Receita de Reivindicações no montante de R$ 478.572 (Quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil reais), onde, a "AMLURB", autorizou a concessionária a incluir em sua tarifa básica mensal, um adicional da tarifa em 12,32%, decorrente da revisão extraordinária do TCA de 2012, fato ocorrido a partir de março de 2016. A "AMLURB", entendeu ser devido e necessário a recomposição parcial dos eventos ocorridos desde 2009, e a partir de agosto de 2020, a Administração da "AMLURB", autorizou a EcoUrbis, a incluir em sua tarifa básica mensal um adicional até que se conclua as revisões contratuais pendentes. Com esses recebimentos autorizados, a administração da EcoUrbis segregou o montante da receita de reivindicação em curto e longo prazo.

Valores conforme Contrato de concessão

Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo dos 20 anos, e os valores são registrados a valor presente e calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

ii) Os valores reconhecidos no não circulante são representados integralmente por ações transitadas em julgado e constituídos, portanto, por precatórios devidamente inscritos e execuções judiciais na controlada Construtora Queiroz Galvão S.A.(CQG).

iii) Os valores representados por contas a receber de venda de ativo imobilizado, sucata, aluguéis (quando não operacional), e outras receitas não operacionais.

b) Os valores detalhados por vencimento:

	Circulante	
Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Vencido mais que 180 dias	126.797	323.293
Vencido até 180 dias	116.973	102.408
A Vencer até 30 dias	320.392	326.057
A Vencer de 31 a 60 dias	365.464	201.663
A Vencer de 61 a 90 dias	50.681	136.851
A Vencer mais que 90 dias	103.724	18.437
	1.084.001	1.108.709
Provisão para perdas - ambiental	-	(36.712)
Provisão para distrato / perdas - imobiliária	(30.789)	(42.728)
Adiantamento de cliente	(145.320)	(66.168)
	907.892	963.101

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CQG, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

A controlada QGDI tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e realizar distratos de unidades que estejam inadimplentes. Após os distratos, essas unidades são recolocadas à venda ao valor de mercado. Essa prática evita uma concentração de distratos no momento da entrega das chaves e o repasse da carteira a instituições financeiras cessionárias de crédito.

A controlada Vital apresenta o saldo das contas a receber vencidas a mais de 360 dias no ativo não circulante e constituiu provisão para perdas estimadas dos contratos já encerrados.

6 - Estoques

	Circulante		Não Circulante	
Consolidado	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Almoxarifado (i)	45.476	39.943	-	-
Produtos Acabados (ii)	38.887	35.657	-	-
Rebanho de Gado e Outros	8.491	11.030	-	-
Matéria Prima	3.808	-	-	-
Produtos em processo	1.034	7.632	-	-
Mercadoria para revenda	12.928	4.152	-	-
Material para industrialização	-	959	-	-
Imóveis a comercializar (iii)	87.919	287.936	430.116	543.007
Outros	232	192	-	-
Total	198.775	387.501	430.116	543.007

i) Representado por material de uso e consumo na produção das empresas das áreas de Construção Civil, Engenharia Ambiental e Alimentos;

ii) Representado por produtos acabados produzidos pela controlada indireta Timbaúba S.A, na atividade de agroindústria sendo os principais produtos água de coco e suco de uva envazados.

iii) Representados substancialmente pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção), referente a controlada QGDI. A classificação dos terrenos no ativo não circulante é realizada para aqueles cuja expectativa de lançamento do empreendimento ocorra em período superior a 12 meses, sendo revisada periodicamente pela Administração. A Administração avalia anualmente seus estoques de terrenos, unidades concluídas e em construção, a preço de mercado, e com base no resultado dessas avaliações verifica a necessidade de ajuste, por redução para o valor realizável.

7 - Impostos a Compensar

a) Detalhamento dos valores de impostos e contribuições a compensar:

	Consolidado		Controladora	
Circulante	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
IRRF a compensar ***(i)***	38.315	16.099	552	-
IRPJ / CSLL a recuperar ***(ii)***	101.892	230.406	1	390
INSS a compensar	20.017	23.960	-	-
ISS a compensar	7.577	4.351	-	-
ICMS a recuperar	16.604	18.077	-	-
PIS/COFINS a compensar	48.034	60.672	-	-
Crédito processo PIS/COFINS ***(iii)***	5.980	15.534	5.980	15.534
IVA/IGV/Selo ***(iv)***	8.798	7.988	-	-
IPI a recuperar	54	511	-	-
Outros impostos ***(v)***	15.888	16.317	-	-
	263.159	393.915	6.533	15.924

i) **IRRF a compensar –** refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções.

ii) **IRPJ / CSLL a recuperar –** refere-se basicamente ao Imposto de Renda e Contribuição social retidos na fonte sobre os faturamentos das controladas contra seus clientes, e Imposto de Renda pago no exterior por coligada/controlada investida pela Construtora Queiroz Galvão, sendo apenas utilizado para compensação quando da adição ao Lucro Real do resultado tributável das investidas no exterior, conforme legislação vigente.

31.12.2021	Construção Civil	Outros Negócios	Ambiental	Outras	Total
IRPJ	68.343	7.380	15.875	3.874	95.472
CSLL	877	5	5.535	3	6.420
	69.220	7.385	21.410	3.877	101.892

31.12.2020	Construção Civil	Outros Negócios	Ambiental	Outras	Total
IRPJ	65.629	110.382	14.781	4.058	194.850
CSLL	2.055	24.823	4.777	3.591	35.556
	67.684	135.205	19.558	7.959	230.406

iii) Refere-se a crédito de processo Transitado e Julgado, que discutiu a base de cálculo do PIS e da COFINS da Lei 9.718/98 na Companhia.

iv) Refere-se a tributos retidos de faturamento das empresas investidas no exterior da controlada Construtora Queiroz Galvão.

v) Refere-se, basicamente, ao Reintegra a compensar, onde a Construtora Queiroz Galvão aguarda decisão da União quanto à restituição/compensação dos valores, conforme processo administrativo.

b) Detalhamento dos valores de créditos tributários

Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá nos próximos exercícios.

	Consolidado	
Não circulante	31.12.2021	31.12.2020
Crédito PIS/COFINS *(i)*	69.687	57.099
Imposto de Renda diferido	60.004	21.653
Contribuição Social diferido	13.682	72.638
	143.305	151.390

i) ***Enauta*** - Créditos fiscais de PIS e COFINS atualizados monetariamente pela SELIC referentes a processo judicial transitado em julgado em 26 de junho de 2020, a favor da controlada, no qual foi reconhecido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS.

8 - Outras Contas a Receber

Controladora	Circulante	
	31.12.2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedor	2.228	2.085
Adiantamento funcionário	62	207
Cauções	36	38
Contas a receber	1.826	1.553
Outros adiantamentos concedidos	5.025	5.025
	9.177	8.908

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contas a receber ***(i)***	7.575	44.153	56.190	191.920
Crédito com terceiros ***(ii)***	68.963	272.731	172.447	30.718
Conta corrente consórcios ***(iii)***	32.554	-	265.261	118.974
Adiantamentos a Funcionários	23.319	16.873	-	-
Despesas Antecipadas ***(iv)***	73.210	30.221	36.334	586
Créditos com Parceiros ***(v)***	5.382	46.761	-	-
Operações de crédito bancário	9.769	1.469	-	-
Outras contas a receber ***(vi)***	563.631	-	-	-
Ativo financeiro ***(vii)***	44.181	-	-	-
Outros Créditos ***(viii)***	37.110	37.787	6.483	36.604
Total	865.694	449.995	536.715	378.802

(i) Refere-se a créditos junto a sócios nas operações internacionais.

(ii) Refere-se, basicamente a controlada indireta Queiroz Galvão International, que tem crédito com outras empresas no exterior que não partes relacionadas da Companhia.

(iii) Refere-se a diferença econômico-financeiro nos aportes das consorciadas nos consórcios mantidos pela controlada Construtora Queiroz Galvão.

(iv) O saldo refere-se basicamente a prêmio de seguros diversos.

(v) Enauta Participações - Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P cobrados ("Cash Calls") ou a serem cobrados dos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores à controlada nos blocos não operados pela Enauta Energia. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os créditos com parceiros montam a R$5.382 e R$46.761, respectivamente.

(vi) Enauta Participações – A Enauta Energia assinou contrato de venda de sua participação de 10% no Bloco BM-S-8 por USD 379 milhões, onde havia ocorrido a descoberta do prospecto Carcará. Desta venda, a terceira e última parcela, no montante de USD 144 milhões (equivalente a R$803.600 em 31 de dezembro de 2021) estava prevista para ser recebida quando do cumprimento de determinadas condições precedentes: (i) 12 meses após a submissão do Acordo de Individualização da Produção (AIP) à ANP ou (ii) após aprovação do AIP pela ANP, o que ocorresse primeiro. Com a aprovação em reunião de Diretoria da ANP, ocorrida no dia 09 de dezembro de 2021, do AIP referente aos Campos de Bacalhau e Bacalhau Norte, localizado no Bloco BM-S-8, a Enauta Energia recebeu USD 43 milhões (equivalente a R$243.582 em 28 de dezembro de 2021) e em um prazo de 45 dias úteis o recebimento do saldo remanescente de USD 101 milhões (equivalente a R$563.631 em 31 de dezembro de 2021). Este foi assim recebido USD 50,5 milhões em 1º de fevereiro de 2022 (equivalente a R$272.600 em 31 de dezembro de 2021) e USD 50,5 milhões em 10 de fevereiro de 2022 (equivalente a R$265.600 em 31 de dezembro de 2021).

(vii) Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios – A controlada indireta Concessionária Rodovia dos Tamoios possui ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 06/2021.

(viii) Refere-se a créditos de sinistros de seguros a receber, importações em andamento, garantias contratuais de locação.

9 - Títulos e Valores Mobiliários

	Circulante		Não circulante	
Consolidado	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de investimento ***(i)***	2.215.575	1.609.277	-	-
Fundo de Renda Fixa ***(ii)***	-	-	388.592	581.748
Fundo Áster FIDC (iii)	-	-	84.000	84.000
	2.215.575	1.609.277	472.592	665.748

i) *Enauta* - A controlada Enauta possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de três fundos exclusivos. Dois de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI e um fundo cambial exclusivo indexado à variação do dólar norte americano.

ii) Composição do fundo de renda fixa:

	31.12.2021			31.12.2020
	Enauta	Ecourbis	Total	Enauta
Aplicação financeira - garantidoras ***(a)***	93.988	21.937	115.925	223.310
Fundo de abandono ***(b)***	272.667	-	272.667	358.438
	366.655	21.937	388.592	581.748

(a) *Enauta* - Garantia referente a financiamento junto ao BNB. A empresa também possui um CDB referente a um colateral de Fiança bancária oferecida em garantia ao financiamento BNB. Com relação à ANP, a empresa possui CDB´s como Colateral de Fianças bancárias, dadas em garantias para a agência em cumprimento ao plano exploratório mínimo (PEM) para os blocos SEAL-M- 430, SEAL-M-503 e SEAL-M-573.

Ecourbis – aplicação de renda fixa, para constituição de reserva para despesas com encerramento de contrato de concessão. Restrito resgate antes do término do contrato em 2024.

(b) Fundo de abandono é representado por aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono, sendo as regras dos fundos aprovadas pelos consórcios e administradas pelos operadores de cada bloco.

iii) Referente a cotas do Fundo Áster FIDC adquiridas pela controlada Construtora Queiroz Galvão.

10 - Partes Relacionadas

a) Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

i) Consolidado

Empresas	31.12.2021		31.12.2020	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
QGDI – (SPE's)	-	(19.435)	-	(9.005)
QGDN	-	(43.216)	23.769	-
QUIP	53.649	-	62.130	-
CQG – (coligadas)	-	(9.262)	-	(9.262)
Estaleiro Atlântico Sul	29.649	-	16.288	-
ENAUTA S/A	-	-	-	(18.526)
Vital – (coligadas)	-	-	-	(32.124)
	83.298	(71.913)	102.187	(68.917)

	31.12.2021	31.12.2020
A pagar	83.298	102.187
A receber	(71.913)	(68.917)
Total líquido	11.385	33.270

ii) Controladora

Empresas:	31.12.2021		31.12.2020	
	A pagar	A receber	A pagar	A receber
Estaleiro Atlântico Sul	-	8.627	-	-
Construtora Queiroz Galvão	(20.629)	-	(70.032)	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Negócios	-	-	-	35.606
Vital Engenharia Ambiental	-	714	-	714
Engetec Construções e Montagens	(21.331)	-	-	121.412
Queiroz Galvão Empreendimento	-	520	-	520
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	-	26.085	-	26.084
Queiroz Galvão Naval	-	40.092	-	15.485
	(41.960)	76.038	(70.032)	199.821

	31.12.2021	31.12.2020
A pagar	(41.960)	(70.032)
A receber	76.038	199.821
Total líquido	34.078	129.789

A controlada CQG no exercício de 2021 realizou reestruturação da sua dívida, efetuando a liquidação de R$ 441.458 mil com terceiros através de dívida adquirida com a Companhia, no mesmo montante. Para liquidação da dívida da controlada junto a terceiros, a Companhia utilizou todo saldo a receber existente no exercício de 2021 com a controlada, registrada em partes relacionadas, para aumento do seu capital social. Conforme detalhado abaixo:

Saldo a pagar para a controlada CQG	(117.380)
Saldo a receber da controlada CQG – *Nota 15*	441.458
Saldo utilizado para aumento de capital - *Nota 11*	**324.078**

b) Outras operações com partes relacionadas consolidado:

Construtora Queiroz Galvão S. A	Receitas	Custos
Concessionária Rodovia dos Tamoios *(i)*	566.816	-
Engetec Construção e Montagem *(ii)*	35.634	-
Locav Locadora Ltda. *(iii)*	-	5.948
Total	**602.450**	**5.948**

Engetec Construções e Montagens S. A	Receitas	Custos
Concessionária Rodovia dos Tamoios *(iv)*	106.132	-
Construtora Queiroz Galvão S.A *(ii)*	-	35.634
Locav Locadora Ltda. *(iii)*	-	4.593
Total	**106.132**	**40.227**

Concessionária Rodovia dos Tamoios S. A	Receitas	Custos
Construtora Queiroz Galvão S.A *(i)*	-	106.132
Engetec Construção e Montagem *(iv)*	-	566.816
Total	-	**672.948**

Locav Locadora Ltda.	Receitas	Custos
Construtora Queiroz Galvão S.A *(iii)*	5.948	-
Engetec Construção e Montagem *(iii)*	4.593	-
Total	**10.541**	-

(i) Receitas de contratos da obra de duplicação da Rodovia dos Tamoios no litoral norte do Estado de São Paulo.

(ii) Operações de venda entre as controladas CQG e Engetec referente a venda de sobra de materiais, em contrato encerrado pela CQG, que estão sendo aproveitados em obra iniciada pela Engetec.

(iii) Operações de locação de equipamentos e veículos entre as controladas Locav, CQG e Engetec, para suprir a necessidade junto aos contratos de construção.

(iv) Receitas de contratos da obra Contorno Caraguatatuba litoral norte do Estado de São Paulo.

Remuneração da diretoria – QGSA

A Companhia possui Conselho de Administração, sendo a remuneração global anual de R$ 9.837. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária de 23/03/2021. Os diretores são todos empregados da Companhia e de suas controladas e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

11 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

a) Movimentação do investimento:

Controladora	% Particip.	Saldo em 31.12.2020	Dividendos	Aumento de Capital	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Construtora Queiroz Galvão	100%	1.183.028	-	324.078	99.027	(316.271)	1.289.862
Vital Engenharia Ambiental	30.65%	213.365	(30.650)	.	(2.995)	30.742	210.462
Orbis Engenharia Ambiental	30.65%	18.035	-	.	(157)	5.373	23.251
Engetec Const. Montagens	100%	191.377	-	120.854	(178)	(12.421)	299.633
Enauta Participações	63%	1.735.950	(32.130)	.	10.631	910.072	2.624.523
Queiroz Galvao Empreendimentos	100%	29.588	-	.	(460)	2.248	31.376
Queiroz Galvao Desenvolv. Negócios	100%	93.856	-	68.465	(20.582)	(139.982)	1.757
BS 3 S/A		5	-	-	-	(2)	3
Total dos investimentos (a)		**3.465.205**	**(62.780)**	**513.397**	**85.286**	**479.759**	**4.480.867**
Queiroz Galvao Desenvolv. Imobiliário	100%	(814.406)	-	-	(45.203)	(168.773)	(1.028.382)
Queiroz Galvao Naval	100%	(42.459)	-	-	(1.687)	(35.177)	(79.323)
QGSEE Participações	100%	(7.523)	-	-	642	(4.659)	(11.540)
Provisão perda investimento (b)		**(864.388)**	**-**	**-**	**(46.248)**	**(208.609)**	**(1.119.245)**
Investimento líquido		**2.600.817**	**(62.780)**	**513.397**	**39.038**	**271.150**	**3.361.621**

Controladora	31.12.2019 original	valor da reapresentação	31.12.2019 reapresentado	Outras variações *(i)*	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	31.12.2020
Construtora Queiroz Galvão	1.397.755	(161.089)	1.236.666	(207)	109.600	(163.031)	1.183.028
Vital Engenharia Ambiental	184.186	-	184.186	(10.329)	4.163	35.345	213.365
Orbis Engenharia Ambiental	19.576	-	19.576	(4.996)	-	3.455	18.035
Engetec Const. Montagens	208.622	-	208.622	-	1	(17.246)	191.377
Enauta Participações	1.824.184	(11.966)	1.812.218	(186.664)	32.307	78.091	1.735.950
Queiroz Galvao Empreendimentos	55.463	-	55.463	-	(8.830)	(17.045)	29.588
Queiroz Galvao Desenvolvimento de Negócios	244.912	-	244.912	-	(51.783)	(99.273)	93.856
BS 3 S/A	5	-	5	-	-	-	5
Total dos investimentos (a)	**3.934.703**	**(173.055)**	**3.761.648**	**(202.196)**	**85.458**	**(179.704)**	**3.465.205**
Queiroz Galvao Desenvo. Imobiliário S.A.	(532.284)	(46.691)	(578.975)	-	35.424	(270.855)	(814.406)
Queiroz Galvao Naval	(21.445)	-	(21.445)	-	149.856	(170.870)	(42.459)
QGSEE Participações	(1.377)	-	(1.377)	-	275	(6.421)	(7.523)
Outros investimentos	(367.860)		(367.860)	367.860	-	-	-
Provisão perda investimento (b)	**(922.966)**	**(46.691)**	**(969.657)**	**367.860**	**185.555**	**(448.146)**	**(864.388)**
Investimento líquido	**3.011.737**	**(219.746)**	**2.791.991**	**165.664**	**271.013**	**(627.850)**	**2.600.816**

(i) Detalhamento dos valores de outras variações:

	CQG	Vital	Orbis	Enauta	Outros invest.
Dividendos recebidos	-	(10.329)	(4.996)	(189.000)	-
Plano Opção de ações / Ações em tesouraria	-	-	-	2.334	-
Redução Capital Social	(207)	-	-	-	-
Fundo Investimento	-	-	-	-	(367.860)
Total	(207)	(10.329)	(4.996)	(186.664)	(367.860)

b) Investimentos não consolidados:

QUEIROZ GALVÃO S/A	31.12.2021	31.12.2020
Construtora Queiroz Galvão S/A	104.033	62.555
Vital Engenharia Ambiental S/A	20.979	23.137
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios	90.647	300.103
Enauta Participações S/A	-	27.138
Queiroz Galvão Empreendimentos	1.850	-
Queiroz Galvão desenvolvimento Imobiliária	21.089	23.301
Queiroz Galvão Naval S/A	215.844	231.808
Orbis S.A.	8.418	7.220
	462.860	675.262

12 - Imobilizado e Intangível

a) Movimentação do imobilizado

		Custo de aquisição						
Consolidado	**Taxas**	**31.12.2020**	**Aquisição**	**Baixa**	**Outros**	**31.12.2021**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido 31.12.2021**
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	539.806	2.303	(24.674)	(14.582)	502.853	(401.399)	101.454
Equipamento de Campo	10%	431.868	20.060	(8.936)	(3)	442.989	(345.989)	97.000
Construções Civis	4%	221.327	3.629	(234)	-	224.722	(25.717)	199.005
Pastagens, Florestas e permanentes	6,6%	333.945	2.449	(526)	-	335.868	(15.821)	320.047
Imóveis	4%	53.512	-	(28.719)	6.363	31.156	(12.230)	18.926
Instalações	4%	281.567	4.694	(12.501)	540	274.300	(195.339)	78.961
Equipamento de Oficina e Outros	10%	389.146	2.236	(18)	-	391.364	(41.855)	349.509
Veículos	20%	492.295	29.668	(17.714)	1.804	506.053	(369.311)	136.742
Outros Imobilizados	10%	86.321	804	(4.668)	11.500	93.957	(72.800)	21.157
Desenvolvimento ***(i)***	-	1.894.015	550.694	(39.583)	38.843	2.443.969	(2.347.555)	96.414
Exploração	-	47.561	-	-	-	47.561	(15.679)	31.882
Terrenos	-	400.727	253	(78.133)	-	322.847	-	322.847
Imobilização em Curso	-	25.472	18.084	(9.967)	1.192	34.781	(153)	34.628
Direito de Uso de Arrendamento	-	398.224	383.713	-	-	781.937	(267.049)	514.888
		5.595.786	**1.018.587**	**(225.673)**	**45.657**	**6.434.357**	**(4.110.897)**	**2.323.460**

i) *Enauta* - As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

Consolidado	Taxas	Custo de aquisição 31.12.2019	Aquisição	Baixa	Outros	31.12.2020	Depreciação acumulada	Saldo líquido 31.12.2020
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	572.032	4.863	(37.093)	4	539.806	(399.848)	139.958
Equipamento de Campo	10%	581.928	16.133	(166.193)	-	431.868	(350.372)	81.496
Construções Civis	4%	206.088	16.288	(1.049)	-	221.327	(14.007)	207.320
Pastagens, Florestas e permanentes	6,6%	313.270	23.811	(3.136)	-	333.945	(9.812)	324.133
Imóveis	4%	53.512	-	-	-	53.512	(13.207)	40.305
Instalações	4%	319.352	16.899	(54.684)	-	281.567	(181.801)	99.766
Equipamento de Oficina e Outros	10%	57.215	1.561	(4.347)	-	54.429	(40.172)	14.257
Veículos	20%	599.245	60.148	(167.098)	-	492.295	(347.960)	144.335
Outros Imobilizados	10%	73.331	32.420	(29.463)	10.033	86.321	(37.140)	49.181
Desenvolvimento	-	1.898.245	-	(4.230)	-	1.894.015	(1.533.405)	360.610
Exploração	-	47.561	-	-	-	47.561	(27.286)	20.275
Terrenos	-	397.296	-	-	3.431	400.727	(1.103)	399.624
Imobilização em Curso	-	23.075	5.399	(5.956)	2.954	25.472	-	25.472
Direito de Uso de Arrendamento	-	727.646	5.295	-	-	732.941	(215.036)	517.905
		5.869.796	**182.817**	**(473.249)**	**16.422**	**5.595.786**	**(3.171.149)**	**2.424.637**

Controladora	Taxas	Custo de aquisição 31.12.2020	Aquisição	31.12.2021	Depreciação acumulada	Saldo líquido 31.12.2021
Equipamentos de informática	10%	320	280	602	(98)	504
Outros imobilizados	10%	22	-	22	(5)	16
		362	260	624	(103)	520

Controladora	Taxas	Custo de aquisição 31.12.2019	Aquisição	31.12.2020	Depreciação acumulada	Saldo líquido 31.12.2020
Equipamentos de informática	10%	28	312	340	(20)	320
Outros imobilizados	10%	-	22	22	-	22
		28	334	362	(20)	342

b) Movimentação do Intangível

Consolidado	Custo de aquisição 31.12.2020	Aquisição	Baixa	31.12.2021	Amortização acumulada	Saldo líquido 31.12.2021
Concessão exploratória/ bônus de assinatura ***(i)***	399.030	3.834	-	402.864	(36.788)	366.076
Aumento de participação em Atlanta ***(ii)***	-	424.960	-	424.960	(14.591)	410.369
Direito de concessão de serviços públicos ***(iii)***	283.622	-	-	283.622	(122.916)	160.706
Marcas e tecnologia	32.035	-	-	32.035	-	32.035
Software	18.663	2.746	-	21.409	(16.923)	4.486
Pesquisa e Desenvolvimento	10.631	-	-	10.631	-	10.631
Acervo técnico	366	1.158	(23)	283.622	(298)	1.203
	744.347	432.698	(23)	1.177.022	(191.516)	985.506

	Custo de aquisição					
Consolidado	**31.12.2019**	**Aquisição**	**Baixa**	**31.12.2020**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido 31.12.2020**
Direito de concessão de serviços públicos	283.622	-	-	283.622	(139.136)	144.486
Concessão exploratória/ bônus de assinatura (i)	399.030	-	-	399.030	(10.368)	388.662
Marcas e tecnologia	32.035	-	-	32.035	-	32.035
Software	9.328	9.488	(153)	18.663	(3.819)	14.844
Pesquisa e Desenvolvimento	10.631	-	-	10.631	(8.656)	1.975
Acervo técnico	-	366	-	366	-	366
	734.646	9.854	(153)	744.347	(161.979)	582.368

(i) Refere-se aos direitos de participação nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no offshore da Bacia de Santos no valor de R$250.709 (valor pago pela parcela de participação da Enauta à época). A amortização teve início em maio de 2018 com o início da produção dos campos. Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória.

(ii) Refere-se ao reconhecimento da transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta.

(iii) Contrato de concessão – infraestrutura - O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da Concessionária Rodovia dos Tamoios.

13 - Fornecedores

a) Circulante	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores no Brasil	334.210	329.271	138	656
Subempreiteiros	2.126	1.432	-	-
Fornecedores no Exterior	131.407	39.657	-	-
Total fornecedores	467.743	370.360	-	-
(-) Adiantamento a fornecedores	(81.597)	(65.451)	-	-
Total	386.146	304.909	138	656

b) Não circulante	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2021
Fornecedores no Brasil	38.509	10.274
Total	38.509	10.274

14 - Passivo de arrendamento

	Circulante		Não circulante	
Consolidado	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de Arrendamento	430.329	208.814	238.704	356.162
	430.329	208.814	238.704	356.162

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do direito de uso e passivo de arrendamento.

Enauta	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	564.976	973.160
Pagamentos	(419.045)	(507.451)
Ajuste a Valor Presente (AVP)	50.184	(92.464)
Atualização Encargos Financeiros	80.359	(58.884)
Adições e exclusão de contratos	359.247	250.615
Total Enauta	635.721	564.976

Ecourbis	31.12.2021	31.12.2020
Adições de contratos	33.312	-
Total Ecourbis	33.312	-
Saldo final consolidado	669.033	564.976
Circulante	430.329	208.814
Não circulante	238.704	356.162
	669.033	564.976

Impactos no exercício: As amortizações dos direitos de uso dos bens contabilizados são de acordo com a vigência de cada contrato, respeitando os respectivos períodos de utilização. Em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, o Grupo reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional.

15 - Financiamentos

Em outubro de 2019 o Grupo Queiroz Galvão concretizou a reestruturação de suas dívidas financeiras. No processo de reestruturação a Companhia assumiu dívidas de suas subsidiárias no valor de R$ 1,7 bilhão, alongando o prazo por 18 anos, considerando um ano de carência de juros e início de amortização no segundo semestre de 2021, da mesma forma do alongamento de suas dívidas.

As modalidades CCB e Debêntures, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2037.

a) Consolidado

			31.12.2021		31.12.2020	
	Modalidade	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú - BBA	C C B	130% CDI	153.776	513.310	1.690	639.665
1ª emissão – 1-2 série - QGSA	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	35.217	-	31.729
2ª emissão – 1-10 série - QGSA	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	128.138	-	115.445
3ª emissão – 1-10 série - QGSA	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	67.332	-	60.662
4ª emissão - série única – QGSA	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	19.770	-	17.811
6ª emissão – 1ª série – QGSA	Debêntures	130% CDI	329.547	1.100.044	18.938	1.355.983
6ª emissão – 2ª série – QGSA	Debêntures	130% CDI	95.957	320.309	5.514	394.834
6ª emissão – 3ª série – QGSA	Debêntures	130% CDI	8.943	29.853	514	36.799
7ª emissão – série única – QGSA	Debêntures	110% CDI	-	219.090	-	208.965
8ª emissão – série única – QGSA*(i)*	Debêntures	TR + 1%aa	-	247.221	-	-
9ª emissão – série única – QGSA*(i)*	Debêntures	TR + 1%aa	-	173.484	-	-
10ª emissão – série única – QGSA*(i)*	Debêntures	TR + 1%aa	-	24.904	-	-
2ª emissão – CQG (i)	Debêntures	100% CDI	-	-	-	243.446
3ª emissão - CQG	Debentures	130% CDI	43.157	144.061		180.058
4ª emissão – CQG	Debentures	130% CDI	71.137	237.459		296.795
6ª emissão - CQG	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	-	-	23.544
7ª emissão – CQG	Debentures	IPCA + 1%aa	-	-		164.975
Banco do Brasil	Diversos	diversos	362.458	43.673	42.731	379.396
BNDES	Financiamento	TJLP	16.256	58.486	21.710	73.423
Santander do Brasil	Finame	TJLP	446	710	1.482	1.156
C.E.F.	Financiamento	outros	26.073	-	32.062	-
BTG Pactual	C C B	110% CDI	349.157	-	-	332.737
Banco Fibra S/A	Capital Giro	CDI	6.256	-	12.514	6.250
Bradesco	Diversos	diversos	444.168	3.162	236.596	244.950
Itaú-Unibanco	Diversos	diversos	322.682	2.540	2.435	315.837
Banco do Nordeste	Financiamento	CDI	137.979	28.812	61.377	168.283
Daimler Chrysler	Finame	TJLP	15.228	18.099	16.246	20.946
Banco Votorantim	Financiamento	130% CDI	123.420	411.981	-	514.926
Banco Daycoval	Finame	TJLP	10.035	11.524	4.179	6.058
Caterpillar Financial	Finame	TJLP	8.473	13.272	7.281	14.140
HSBC Bank Panamá	Financiamento	outros	6.495	-	6.707	-
Banco Mercedes Benz	CDC	CDI	295	972	-	-
Banco Jonh Deere	Finame	CDI	772	1.789	-	-
Banco Volkswagen	Finame	TJLP	19.301	41.275	13.172	41.708
			2.552.011	3.896.487	485.148	5.890.522

(i) Em 25 de junho de 2021 a Companhia realizou a troca de titularidade de parte das dívidas de Debêntures em que a CQG possuía no longo prazo. A QGSA assumiu 3 séries de debêntures privadas no total de R$264.958, e uma perpétua no valor de R$ 176.500, conforme demonstrado abaixo:

Construtora Queiroz Galvão S. A	
Debêntures	Saldo
2ª Emissão – perpétua – não circulante – juros	68.418
6ª Emissão - privada	24.672
7º Emissão -privada	171.868
Total no Passivo não circulante	**264.958**
2ª Emissão – Perpétua – Reserva de lucro	176.500
Total no Patrimônio Líquido	**176.500**
Total das dívidas assumidas pela QG S/A	**441.458**

Queiroz Galvão S. A	
Novas emissões	Valor
8ª emissão – série única – QGSA	244.918
9ª emissão – série única – QGSA	171.868
10ª emissão – série única – QGSA	24.672
	441.458

(ii) A CQG em 2021 com a reestruturação da sua dívida, efetuou a liquidação de R$ 441.458 com terceiros através de dívida adquirida com a Companhia, no mesmo montante. Para liquidação da dívida da CQG, a Companhia utilizou todo o valor líquido a receber da CQG, mantida e registrada em partes relacionada, para aumentar o capital social da mesma.

Saldo a pagar para a controlada CQG	(117.380)
Saldo a receber da controlada CQG – *Nota 10*	441.458
Saldo utilizado para aumento de capital da investida - *Nota 11*	**324.078**

Financiamento por vencimento e sub holding:

	QGSA	CQG	ENAUTA	ENGETEC	NAVAL	ORBIS	QGDI *(ii)*	QGDN	VITAL	TOTAL
Curto Prazo										
2022	463.913	155.322	134.641	1.705	26.308	604	1.207.114	469.540	92.864	2.552.011
Longo Prazo										
2023	116.142	44.053	26.844	1.705	26.308	560	-	-	63.736	269.164
2024	38.714	13.397	-	1.705	17.364	-	-	-	15.503	178.545
2025	96785	30.866	-	1.791	-	-	-	-	6.642	151.355
2026	-	-	-	397	-	-	-	-	1.037	144.356
Após 2026	2.212.078	413.594	-	.	-	-	52.582	714.684	-	3.153.067
	2.463.719	**501.910**	**26.844**	**5.598**	**43.672**	**560**	**52.582**	**714.684**	**86.918**	**3.896.487**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

A Companhia e suas controladas obrigam-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas ("*Covenants*"), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: manutenção de garantias, ausência de títulos protestados, ausência de encerramento de conta depósito no banco, ausência de solicitação de recuperação judicial, entre outros.

(ii) Com o evento do pedido de Recuperação Judicial da controlada QGDI, ocorrido no 1º semestre de 2021, as dívidas da controlada foram reclassificadas no passivo circulante. Quando aprovado o plano de recuperação judicial as dívidas serão reclassificadas conforme pactuado com os credores.

b) Controladora

			31.12.2021		31.12.2020	
Emissão	Modalidade	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú - BBA	C C B	130% CDI	29.466	98.358	1.690	120.980
1ª emissão – 1-2 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	35.218	-	31.729
2ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	128.138	-	115.445
3ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	67.332	-	60.662
4ª emissão - série única	Debêntures	IPCA + 1%aa	-	19.770	-	17.811
6ª emissão – 1ª série	Debêntures	130% CDI	329.547	1.100.044	18.938	1.355.983
6ª emissão – 2ª série	Debêntures	130% CDI	95.957	320.309	5.514	394.834
6ª emissão – 3ª série	Debêntures	130% CDI	8.943	29.853	514	36.799
7ª emissão – série única	Debêntures	110% CDI	-	219.090	-	208.965
8ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	247.220	-	-
9ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	173.484	-	-
10ª emissão – série única	Debêntures	TR + 1%aa	-	24.903	-	-
			*463.913	2.463.719	26.656	2.343.208

* Conforme os contratos de reestruturação das dívidas, no exercício de 2022 está previsto o pagamento de juros e 20% de principal.

16 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
Obrigações fiscais	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Obrigações Fiscais Receita Bruta	85.366	-	63.613	-
Retenções e Impostos a Recolher	22.446	-	37.215	-
Obrigações Sociais	6.683	35.722	10.094	33.165
Obrigações s/ receitas financeiras	201	-	4.290	-
Obrigações Fiscais Sobre o Lucro	369.349	-	40.465	-
Parcelamento de Impostos	52	85	102	156
Provisão Fiscais	-	12.207	-	10.001
Royalties a pagar	15.612	-	5.720	-
Tributos Diferidos	1.425	180.015	3.965	150.837
	501.134	228.029	165.464	194.159
Salários e encargos sociais				
Salários e encargos sociais	89.889	-	69.780	-
Provisões trabalhistas	96.296	-	90.836	-
	186.185	-	160.616	-
	687.319	228.029	326.080	194.159

Controladora	31.12.2021		31.12.2020	
Obrigações fiscais	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Retenções e Impostos a Recolher	1.633	-	1.732	-
Obrigações s/ receitas financeiras	2	-	1	-
	1.635	-	1.733	-
Salários e encargos sociais				
Salários e encargos sociais	887	-	1.044	-
Provisões trabalhistas	2.928	-	3.892	-
	3.815	-	4.936	-
	5.450	-	6.669	-

17 - Outras Contas a Pagar

	Circulante		**Não circulante**	
Consolidado	**31.12.2021**	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Credores diversos ***(a)***	162.946	154.548	67.181	105.606
Retenções Contratuais ***(b)***	468	45.456	48.102	1.723
Títulos a pagar	19.266	2.289	19.267	18.400
Ônus da Concessão ***(c)***	6.973	6.876	235.477	201.207
Prêmio de Seguros	5	2.876	-	-
Obrigações de consórcio (Enauta) ***(d)***	-	-	57.923	57.923
Obrigações por Incorporação	873	1.456	18.678	7.396
Obrigações em garantia	3.807	6.549	-	15.449
Outras obrigações ***(e)***	57.268	126.117	81.139	41.893
Total	251.606	346.167	527.767	449.596

a) Credores diversos: i) R$ 75.450 - operações no exterior na controlada Construtora Queiroz Galvão S.A; ii) R$ 77.457 - operações com distrato a pagar pelas controladas da área Imobiliária; iii) R$ 10.039 - Outros negócios;

b) Retenções contratuais – Referem-se a retenção sobre pagamentos a prestadores de serviços – subempreiteiros – em contratos da controlada Construtora Queiroz Galvão S.A.

c) *Ecourbis* – os adiantamentos de clientes classificados no passivo não circulante, são os aportes públicos do poder concedente e recebidos antecipadamente para as futuras implantações de infraestruturas que, conforme o contrato de concessão, será realizada ao longo dos 20 anos, os valores são registrados a valor presente e calculados à medida da evolução física das melhoreis realizadas.

d) Enauta Participações - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor de R$57.923 refere-se a adiantamentos de PEM (Programa exploratório mínimo) recebidos dos sócios dos blocos PAMA-M-265, PAMA-M-337 e FZA-90. Estes blocos estão com contrato suspenso temporariamente em razão do aguardo do IBAMA com o licenciamento ambiental, não sendo aplicável desta forma a atualização das garantias.

e) Outras obrigações

	31.12.2021	**31.12.2020**
Contas a pagar por aquisição de imóveis (QGDI)	13.780	20.622
Passivo de contratos (QGDN – Tamoios)	-	3.240
Dividendos a pagar	-	12.629
Provisão de multas / outras (Enauta)	36.574	51.183
Outras obrigações	6.914	38.443
	57.268	126.117

18 - Provisão para Contingência e Depósitos judiciais

a) Provisão para contingência - Prováveis

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As controladas estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

As controladas, igualmente, estão envolvidas em processos cíveis considerados como prováveis de perda, devidamente contingenciados. O total provisionado por conta dos processos considerados prováveis de perda totalizaram R$ 350.348 em 2021 (R$ 478.470 em 2020), basicamente constituído de causas cíveis e trabalhistas.

Consolidado	Construção civil	Empreendimentos imobiliários	Outros negócios	Ambiental	Total em 31.12.2020
Contingências - prováveis	218.858	201.667	9.741	48.204	478.470

Consolidado	Construção civil	Empreendimentos imobiliários	Outros negócios	Ambiental	Total em 31.12.2021
Contingências - prováveis	163.760	96.879	30.403	59.306	350.348

b) Processos judiciais não provisionados – Possíveis

Construtora Queiroz Galvão S.A

A CQG é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2021 totalizam R$ 3.060.894 mil (R$ R$ 8.617.384 mil em 31 de dezembro de 2020).

Enauta Participações S.A.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras, encontram-se apresentados abaixo e os valores informados estão atualizados até 31 de dezembro de 2021:

	Parte Enauta	31.12.2021	31.12.2020
INEMA	Execução fiscal	1.331	575
IBAMA	Auto infração	10.435	10.207
SEFAZ Bahia – Superint. Adm. Tributária (“SAT”)	Auto infração	3.112	3.087
Processos junto à Agência Nacional do Petróleo – (“ANP”)	Auto infração	803	-
ICMS	-	6.545	6.596
IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento	-	64.895	61.993
		87.121	82.458

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A

A controlada QGDI é parte em outros processos que totalizam R$ 84.577 em 2021 e em 2020 R$ 95.401, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	4.628	6.577
Cíveis	77.207	88.342
Tributários	2.742	482
Total	84.577	95.401

Vital Engenharia Ambiental S.A

Ecourbis

Em 31 de dezembro de 2021 existem R$ 12.845 em processos cuja perspectiva de perda fora classificada como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia, não sendo necessário o registro de provisão.

Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A

As controladas da QGDN apresentaram em 31 de dezembro de 2021 processos classificados como possíveis por seus assessores jurídicos, que não estão provisionados. Abaixo segue a relação por controlada:

Concessionário Rodovia dos Tamoios

Em 31 de dezembro de 2021 a Rodovia dos Tamoios possui ações de naturezas cível e trabalhista, no montante de R$446 (R$18.749 em 31 de dezembro de 2020) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

Timbaúba e Pindaré

	Fiscal	Cível	Trabalhista
Timbaúba	2.606	-	1.312
Pindaré	-	20.679	-
Total	2.606	20.697	1.667

c) Depósitos judiciais

Consolidado	Construção civil	Empreendimentos imobiliários	Outros negócios	Ambiental	Total em 31.12.2020
Depósito Judicial	76.918	2.632	3.802	52.494	135.846

Consolidado	Construção civil	Empreendimentos imobiliários	Outros negócios	Ambiental	Total em 31.12.2021
Depósito Judicial	74.483	1.814	4.365	72.142	152.804

19 - Provisão para abandono e desmobilização

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para abandono ***(a)***	791.180	485.566
Provisão para desmobilização ***(b)***	18.827	-
Total	810.007	485.566

a) Provisão para abandono - Enauta

As estimativas dos custos com abandono foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nesse sentido, a provisão constituída reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 1,41% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperada do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa liv livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 3,07% ao ano.

A movimentação da provisão para abandono:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	485.566
Variação cambial e outros, líquidos	305.614
Saldo em 31 de dezembro de 2021	791.180

b) Provisão para Desmobilização de Aterros

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da investida Vital suas controladas Macaúbas Meio Ambiente S.A. e Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a Lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Vital e suas controladas registram como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A controlada Vital e suas investidas constituíram, com base nas informações recebidas de seus engenheiros e na experiência anterior, provisão para desmobilização e fechamento de aterros (Asset Retirement Obligation – ARO) com base na NBR nº 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total da provisão constituída foi de R$ 18.827.

20 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.020.291.386 (um bilhão e vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e 36.000.000 (trinta e seis milhões) ações preferenciais, ambas sem valor nominal equivalente a R$ 1.235.000.

b) Ações em Tesouraria

A Companhia autorizou a recompra de ações ordinárias de sua emissão em 2007, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação.

c) Resultado por ação

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro / Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	61.478	(677.540)
Quantidade de ações	1.056.291.386	1.056.291.386
Lucro/ Prejuízo por ação	0,00006	(0,0006)

21 - Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
a) Receitas bruta		
Coleta e limpeza urbana	882.849	816.443
Incorporação imobiliária	69.507	187.608
Locação	16.474	7.168
Petróleo e gás	1.950.374	1.059.565
Produtos agrícolas	116.905	-
Produtos siderúrgicos	-	7.185
Rodovias	819.969	148.889
Aterro Sanitário	772.077	776.127
Agropecuária	8.571	86.509
Construção civil	598.837	1.617.439
Outros	45.444	47.568
	5.281.007	4.754.501
b) Impostos Incidentes	(485.485)	(431.721)
	4.795.522	4.322.780

22 - Custos e Despesas Administrativas

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
a) Custos		
Construção Civil	(1.280.851)	(1.196.982)
Óleo e Gás	(1.192.198)	(639.914)
Engenharia Ambiental	(1.137.955)	(1.051.203)
Outros Negócios	(110.482)	(477.808)
Empreendimentos Imobiliários	(59.670)	(182.424)
Total	(3.781.156)	(3.548.331)

	Consolidado		Controladora	
b) Despesas Administrativas	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas c/ Pessoal	(297.782)	(290.573)	(58.022)	(58.121)
Despesas c/ Serviços Prestados	(127.343)	(111.512)	(22.384)	(13.246)
Despesas gerais	(112.416)	(150.605)	(2.258)	(1.592)
Despesas indedutíveis	(12.941)	(47.338)	-	-
Aluguéis	(11.295)	(10.220)	-	-
Despesas Comerciais	(19.647)	(75.425)	-	-
Total	(581.424)	(685.673)	(82.664)	(72.959)

23 - Outros Resultados Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Resultado na baixa do imobilizado *(i)*	115.221	57.856	-	(4)
Receitas eventuais *(ii)*	48.407	160.772	-	32
Provisões para contingências	(10.433)	(102.745)	-	-
Impairment imobilizado *(iii)*	(98.287)	-	-	-
Recuperação de custos/despesas *(iv)*	(18.316)	251.337	25.791	36.638
Gastos não viabilização de projetos*(v)*	(19.259)	(106.279)	-	-
Perda no recebimento de créditos (*vi)*	(88.786)	-	-	-
Resultado alienação bens *(vii)*	800.122			
Aumento de participação em consórcio *(viii)*	782.953			
Outros resultados	(5.453)	2.354	-	2.551
	1.506.169	263.295	25.791	39.217

(i) Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível, por venda ou perda. O resultado da venda refere-se a diferença entre o valor de venda e o custo líquido de aquisição do bem.

(ii) Valores referente receitas não operacionais oriundas de vendas de sucata, indenizações, aluguéis.

(iii) Resultado dos testes de recuperabilidade de ativos das empresas da área de mineração das investidas da CQG.

(iv) Valores referem-se aos seguintes resultados:

QGSA	Construção Civil	Outros Negócios	Incorporação imobiliária	Total
26.057	7	(6.896)	(37.484)	(18.316)

(v) QGDI - Em 18 de novembro de 2013, a Queiroz Galvão Ypiranga Desenvolvimento Imobiliário Ltda. firmou Instrumento Particular de Promessa de Permuta com Torna de Bem Imóvel (com escrituras em 25 de fevereiro de 2015 e 9 de dezembro de 2016), onde definiu a estrutura do negócio através da transmissão da propriedade do imóvel a Companhia que assume as obrigações de: (i) desmembrar o imóvel objeto da matrícula nº 5.045 do 16º CRI desta Capital em 3(três) lotes menores; (ii) idealizar e aprovar os projetos de construção de obra; (iii) registrar o memorial de incorporação; (iv) executar as obras de construção dos empreendimentos no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados do registro de memoriais de incorporação.

Às inobservâncias das cláusulas contratuais pela companhia permitiu aos proprietários do terreno proceder com a execução extra judicial da alienação fiduciária, devido ao não cumprimento da data-limite para registro do memorial de incorporação do empreendimento conduzindo automaticamente ao vencimento antecipado da dívida confessada.

Em 2020, a QGDI, devido a negativa de diversos recursos interpostos julgados improcedentes, sendo o último homologado durante o primeiro semestre de 2020, decidiu baixar do ativo como perda a não realização do projeto o valor contábil do terreno, além dos gastos de manutenção (vigilância, IPTU e outros).

(vi) Valor refere-se a baixa de títulos incobráveis na controlada Construtora Queiroz Galvão S.A.

(vii) ***Enauta***: Resultado decorrente do reconhecimento da terceira e última parcela (contingente) referente a transação de venda da participação em Carcará (Bloco BM-S-8)

(viii) ***Enauta***: Refere-se ao reconhecimento da transferência de 50% (combinação de negócios) dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta – BS-4, resultando em compra vantajosa.na controlada

24 - Resultado Financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas Financeiras				
Rendimento aplicação financeira	139.484	99.176	-	20
Variação cambial ativa	310.415	307.332	248	3
Outras receitas financeiras	38.436	27.579	3	420
Variação monetária ativa	109.741	41.082	-	-
Receita de Juros	6.968	13.932	-	-
Deduções sobre a receita financeira	-	-	(36)	(142)
	605.044	489.101	215	301
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(95.108)	(135.839)	-	-
Variação cambial passiva	(360.001)	(641.811)	(2)	(1)
Remuneração de debentures	(193.730)	(13.217)	(149.296)	(13.217)
Variação monetária passiva	(9.508)	(7.648)	-	
Despesas de juros	(94.541)	(101.752)	-	
Despesa financeira de arrendamento	(45.139)	(62.618)	-	-
Outras despesas financeiras	(103.729)	(33.834)	(3.149)	(2.786)
	(901.756)	(996.719)	(152.447)	(16.004)
Resultado Financeiro, líquido	(296.712)	(507.618)	(152.232)	(15.703)

25 - Imposto de Renda e Contribuição social – correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado:

31.12.2021	Construção Civil	Óleo e Gás	Engenharia Ambiental	Empreendimentos Imobiliários	Outros Negócios	Total
Contribuição social	(7.612)	(123.871)	(15.920)	(470)	(10.675)	(158.680)
Imposto de renda	(21.910)	(286.873)	(40.770)	(2.996)	(29.605)	(382.154)
IR/ CS diferido	15.509	(259.282)	1.175	817	(83.784)	(325.433)
Total	**(14.013)**	**(670.026)**	**(55.515)**	**(2.649)**	**(124.064)**	**(866.267)**

31.12.2020	Construção Civil	Óleo e Gás	Engenharia Ambiental	Empreendimentos Imobiliários	Outros Negócios	Total
Contribuição social	(2.385)	(20.627)	(17.440)	(1.149)	(5.467)	(47.068)
Imposto de renda	(31.619)	(21.300)	(45.619)	(3.100)	(17.164)	(118.802)
IR/ CS diferido	232	22.908	388	676	(79.189)	(54.985)
Total	**(33.772)**	**(19.019)**	**(62.671)**	**(3.573)**	**(101.820)**	**(220.855)**

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social diferido - passivo:

31.12.2021	Construção Civil	Óleo e Gás	Outros negócios	Engenharia Ambiental	Total
Contribuição social	58.912	51.232	785	10.269	121.198
Imposto de renda	88.288	146.269	2.176	28.526	265.259
Total	**147.200**	**197.501**	**2.961**	**38.795**	**386.457**

31.12.2020	Construção Civil	Engenharia Ambiental	Total
Contribuição social	34.493	16.473	50.966
Imposto de renda	137.077	41.477	178.554
Total	**171.570**	**57.950**	**229.520**

26 - Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

27 - Programa de Compliance

No ano de 2021, o Sumário de Diretrizes de Compliance foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Queiroz Galvão S.A., contemplando inovações importantes para o desenvolvimento contínuo da cultura de integridade e a garantia da efetividade do nosso Programa. Em virtude desta revisão, um ciclo intenso de capacitações e treinamentos envolveu a totalidade dos executivos da QGSA e das empresas do Grupo, sendo posteriormente desdobrado para os demais níveis funcionais.

Em relação à governança do Programa, o Conselho de Administração deliberou no ano passado sobre a composição do Comitê de Ética para um novo mandato de 2 anos. Cabe ressaltar a independência e autonomia do Comitê de Ética e da Diretoria de Compliance por meio de sua vinculação direta ao referido Conselho.

Em relação às empresas do Grupo Queiroz Galvão, cabe destacar que, baseado na evolução e eficácia de seu Programa de Compliance, a Engetec Construções e Montagens S.A., em outubro de 2021, conquistou a recomendação de auditores externos para a manutenção de sua Certificação na ISO 37.001:2016 – Sistema de Gestão Antissuborno.

Do mesmo modo, a Construtora Queiroz Galvão S.A. ("CQG"), em dezembro de 2021, também obteve a recomendação à manutenção de sua certificação na ISO 37.001:2016. Vale lembrar que, em 2017, a CQG foi a primeira empresa de seu segmento a obter este certificado.

Estas conquistas evidenciam a constante evolução das diretrizes de Compliance da QGSA, que vem sendo permeadas nas diversas empresas controladas.

O Grupo dedicou-se, ainda, à melhoria contínua do seu Programa de Compliance, através da capacitação de novos agentes de compliance e da implementação do calendário de treinamentos e do Ciclo de Palestras 2021, com temas de grande relevância ao Programa apresentados por especialistas externos. Do mesmo modo, a QGSA e empresas controladas vem cada vez mais reforçando o compromisso com a ética e a integridade no seu ambiente de negócios por meio da adoção e implantação de projetos em parceria com o Terceiro Setor. Cumpre salientar que a CQG, como uma das fundadoras do MISEC – Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção, vem contribuindo com a disseminação da cultura de integridade em toda a cadeia de valor do segmento, especialmente incentivando seus fornecedores e parceiros de negócio a desenvolver ações voltadas à implantação ou melhoria de seus programas de Compliance, bem como fomentando sua associação junto ao movimento.

Por sua vez, a Vital Engenharia Ambiental S.A. ("Vital") reforçou sua participação e contribuição junto à Ação Coletiva promovida pelo Pacto Global da ONU e pelo Instituto Ethos junto à cadeia de parceiros de negócios e de fornecedores do seu segmento. No âmbito do IBRIC – Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, a empresa vem promovendo o contínuo fomento de um ambiente integro e aumento da competitividade no setor de infraestrutura.

Vale mencionar, ainda, a constante evolução do Programa de Compliance nos demais negócios do Grupo Queiroz Galvão, fruto do esforço de gestores e agentes de Compliance, conforme se verifica pelo monitoramento efetivo realizado pela Diretoria de Compliance. Nesse contexto, destaque-se a Timbaúba S.A. e a Concessionária Rodovia dos Tamoios, onde foram promovidas inúmeras ações voltadas à disseminação e divulgação do Programa, especialmente sobre o Código de Ética e canal de denúncias, bem como a capacitação dos representantes da área comercial e operacional, análise de riscos, com o estabelecimento de planos de ação e resposta, e a realização de diagnósticos e auditorias com o fim de avaliar o grau de aderência dos processos relacionados ao Programa, dentro do saudável ciclo de melhoria contínua.

28 - Notícias veiculadas em meios de comunicação

a) Procedimentos sancionatórios

A controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) foi objeto de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação nos últimos anos, especialmente sobre investigações relativas à operação denominada "Lava Jato". Em razão disto, a CQG instaurou processos de investigações internas e externas, visando identificar eventuais descumprimentos e/ou inobservâncias à legislação aplicável às licitações públicas, as quais, não produziram qualquer resultado que aponte irregularidades deste gênero.

Por consequência das investigações das autoridades, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, visando apurar eventuais irregularidades. Em sua maioria, os processos ainda estão em curso e a CQG vem exercendo legalmente seu direito de defesa e contribuindo com os esclarecimentos dos fatos. Alguns dos processos merecem o destaque abaixo:

b) TCU

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, relativa ao Processo N. TC 016.991/2015-0 e apensos TC 011.765/2012-7 e TC 017.445/2016-7, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a Companhia, "para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal." A controlada CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a Companhia impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido o pedido liminar concedido em 8 de agosto de 2019 para manter a suspensão dos efeitos jurídicos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança interposto contra a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU no caso de Angra 3. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas.

Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à CQG a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima ("RNEST") no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da CQG pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal, bem como em certames promovidos por estados e municípios cujos objetos sejam custeados mediante recursos federais repassados por força de instrumentos de repasses pactuados. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a CQG apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a CQG.

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da CQG para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos, bem como por entes estaduais ou municipais onde haja repasse de recursos federais através da formalização de instrumentos de repasse com a entidades públicas envolvidas nos certames. Esse processo se vincula a

licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido. Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo. Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa.

A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas.

Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. O mérito do Mandado de Segurança ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a CQG apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

c) CGU

A CQG foi parte requerida perante a Controladoria Geral da União ("CGU") no Processo nº 00190.025830/2014-63 ("PAR"), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG.

Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar supostas condutas presumidamente ocorridas em período anterior a 2014 no contexto das licitações e contratos celebrados com a Petrobras.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018. Porém, a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada tendo em vista as falhas incorridas pela Comissão na condução do processo, nas conclusões insertas em seu Relatório Final e apontando a prescrição administrativa. Novamente a CGU rejeitou as alegações da CQG.

Em maio de 2020, a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU. A citada ação encontra-se em fase de instrução, sem qualquer decisão senão a informada liminar acima.

A decisão da CGU, portanto, não possui eficácia e não gera qualquer impacto nos negócios em curso: execução dos contratos e celebração de aditivos contratuais. Assim, a CQG permanece apta a participar de licitações e contratar com a Administração Pública.

É importante destacar que as atividades da Companhia não são diretamente afetadas pelas decisões supramencionadas, estando a CQG apta e participando regularmente de licitações. Os contratos celebrados e vigentes, inclusive com a Administração Pública, igualmente não sofrem qualquer descontinuidade em sua execução, nem tampouco, é atingida a capacidade de seus representantes legais de darem regular continuidade aos negócios e operações da Companhia.

29 - Seguros

a) Enauta Participações

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência Início	Data de vigência Vencimento	Importância segurada
Riscos de petróleo e operacionais	30.06.2021	31.12.2022	4.892.613
Patrimonial	21.07.2021	21.07.2022	16.476
D&O	29.03.2021	29.03.2022	140.000
Responsabilidade civil geral	21.02.2021	21.02.2022	11.161
Seguro Viagem	-	-	2.790
Total			6.179.740

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e suas controladas.

b) Vital Ambiental

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos, conforme descrito abaixo:

			31/12/2021	
Unidade de Gestão	**Seguradora**	**Vigência**	**Importância Segurada**	**Prêmio**
Matriz	AIG Seguros Brasil	31/01/2021 à 31/01/2022	1.000	130
Recife	Zurich	29/09/2021 à 28/04/2022	4.047	8
Vitória	Pottencial	10/12/2021 à 10/06/2022	2.085	2
Campos dos Goytacazes	Junto Seguros	24/01/2021 à 24/01/2022	2.929	12
Angra dos Reis	Pottencial	12/01/2021 à 05/02/2022	2.290	6
Ipatinga	Pottencial	02/11/2021 à 02/11/2022	1.254	5
Juiz de Fora	Junto Seguros	28/02/2021 à 28/02/2022	11.731	29
Foz do Iguaçu	Pottencial	28/08/2021 à 28/08/2022	1.748	4

c) Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Prédio	março/2022	770
Risco Operacional (Concessionária)	abril/2022	100.000
Responsabilidade Civil (Concessionária)	abril/2022	30.000
Garantia Fiança	dezembro/2022	110.000
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	fevereiro/2023	585.000
Risco Engenharia (Obra do contorno)	dezembro/2024	500.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e suas controladas.

30 - Eventos subsequentes

Enauta Participações S.A

i) Paralisação preventiva do Campo de Atlanta Em 13 de janeiro de 2022 ocorreu a paralisação preventiva da produção do Campo de Atlanta para inspeção e reparo de uma linha de produção do FPSO Petrojarl I. Em 24 de janeiro de 2022 houve a retomada da produção de um dos poços e, em 17 de fevereiro de 2022, a retomada da produção do segundo poço.

ii) Extensão da duração do Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. Em 19 de janeiro de 2022 a Enauta Energia assinou com a Petrojarl I Production As. e a Altera Petrojarl I Serviços de Petróleo Ltda. a extensão dos contratos de afretamento e de O&M do FPSO Petrojarl I para o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. Os contratos terão duração adicional de até dois anos, passando seu término de maio de 2023 para maio de 2025. O custo para adequação da unidade será de US$ 30 milhões (equivalentes a R$167.415 em 31 de dezembro de 2021). A extensão está condicionada à obtenção de Certificado da DNV (Det Norske Veritas), a ser emitido antes do término do contrato atual.

iii) Compra FPSO - Em 24 de janeiro de 2022 a AFBV celebrou contrato de compra do FPSO OSX-2para o Sistema Definitivo (SD) do Campo de Atlanta por US$80 milhões. O pagamento foi efetuado em duas parcelas, sendo a primeira de US$8 milhões em 24 de janeiro de 2022 (equivalente a R$43.900) e a segunda de US$ 72 milhões em 09 de fevereiro de 2022 (aproximadamente R$380.000).

iv) Sistema definitivo de Atlanta - O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 21 de fevereiro de 2022 o Sistema Definitivo (SD) do Campo de Atlanta. O investimento aprovado é de US$ 1,2 bilhão (equivalente a R$6.697.000 em 31 de dezembro de 2021), já incluídos US$ 100 milhões (equivalentes a R$558.000 em 31 de dezembro de 2021) a aportar após a entrada em produção e US$ 500 milhões (equivalente a R$2.791.000 em 31 de dezembro de 2021) referentes à unidade de produção. Caso a Yinson exerça a opção de compra das ações da investida AFPS BV (onde o FPSO está registrado), passará a vigorar um contrato de afretamento por 15 anos atrelado a um financiamento pelo mesmo período. Neste caso, o investimento do projeto será reduzido em US$ 100 milhões (equivalentes a R$558.000 em 31 de dezembro de 2021). Como parte deste projeto foram assinados, em fevereiro de 2022, contratos com subsidiárias da Yinson Holdings Berhad ("Yinson") para conversão de uma unidade de produção existente no FPSO para o SD de Atlanta.

v) Ataques à Ucrânia - A Companhia está monitorando o cenário de incerteza e de alta volatilidade do mercado após os ataques feitos pela Rússia à Ucrânia e os eventuais impactos sobre a sua operação. Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados potenciais eventos que causassem ajustes as mesmas.

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A

Recuperação judicial ('RJ") - No início de 2022, as controladas que estão em recuperação judicial, focaram na continuidade mediações de créditos sujeitos a RJ, conforme aprovação do Juízo da RJ. Até então, a QGDI e suas controladas mediaram um valor total de aproximadamente R$ 800 em créditos sujeitos, desembolsando 80% desse valor. O saldo do crédito, se sujeitará as regras do Plano de Recuperação aprovado. No início de 2022, as Recuperandas: i) apresentaram aditivos aos planos de recuperação judicial ("PRJ") da QGDI e REPSA; ii) requereram ao Juízo a homologação judicial dos PRJs de 3 controladas, em razão da aprovação

dos credores, na forma do art. 45-A da LRF e; iii) solicitaram a concessão da Recuperação Judicial de 38 sociedades, em razão da ausência de objeção aos PRJs, na forma dos arts. 55 e 57 da LRF. No dia 8 de março de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que condicionou a alienação das participações societárias a: a) que a pretensão da alienação das participações societárias constasse no plano de recuperação judicial da QGDI de forma detalhada; b) a aprovação do plano pela assembleia geral de credores e sua consequente homologação; c) submissão da alienação das participações societárias a modalidade do leilão presencial, eletrônico ou hibrido (art. I da Lei 11.101/05). O início do processo de alienação das participações societárias, no âmbito da Recuperação Judicial, aguarda aprovação pelos credores e posterior homologação pelo Juízo do PRJ da QGDI. Atualmente, aguarda-se: i) a designação de datas para realização das Assembleias de credores para votação dos PRJs da QGDI e REPSA e a respectiva publicação dos editais; ii) a concessão da Recuperação Judicial das 38 controladas cujos PRJs não foram objetados; iii) início do processo público de alienação das participações societárias.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A

Obras concluídas

Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045.

* * * * *